



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 6.319, DE 2013

(Da Sra. Erika Kokay)

Dispõe sobre a adoção de regime de trabalho especial para empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4660/2012.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei modifica a Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, que dispõe sobre os Serviços Postais, determinando a adoção de regime de trabalho especial para empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Art. 2º A Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, passa a vigorar aditada dos seguintes dispositivos:

“Art. 47-A A regulamentação dos serviços postais estabelecerá proteção aos empregados que exerçam atividade de entrega manual a domicílio de correspondências e outros objetos postais, quando a atividade for executada a pé ou em veículo movido por esforço humano.

§ 1º Ressalvada a entrega de correspondência do tipo Sedex e congêneres, a entrega de objetos postais, em todo o território nacional, será realizada exclusivamente no período matutino.

§ 2º O horário estabelecido no parágrafo anterior, mediante prévio acordo com a entidade sindical representativa da categoria em cada Estado, poderá ser temporariamente adequado às respectivas condições climáticas e à vigência do horário especial de verão.

§ 3º O regulamento disporá sobre vestimenta, equipamentos e acessórios de proteção, de uso compulsório, a serem fornecidos sem ônus para o trabalhador.”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A profissão de carteiro, que hoje é exercida por cerca de 50 mil profissionais, a maior parte empregada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, demanda especial atenção desta Casa.

Essa categoria, de fato, é exposta a condições inadequadas de trabalho quando executa a entrega manual de correspondência. O carteiro desloca-se a pé, em bicicleta ou em ônibus, com uma carga média de 12 quilos, atendendo domicílio a domicílio. Não dispõe de vestimenta e equipamentos de proteção

compatíveis com as condições climáticas e não recebe acessórios apropriados de proteção solar.

Registre-se que essa é uma reivindicação histórica dos carteiros, motivada, sobretudo, por questões de saúde. Isso porque, quando fazem a distribuição domiciliar de correspondências no período vespertino, os carteiros ficam submetidos à exposição permanente ao sol e ao calor intenso, o que tem sido apontado causa para inúmeros casos de afastamentos desses trabalhadores do serviço. Há registro, inclusive, de carteiros que desenvolveram câncer de pele, além de outras doenças relacionadas às características do trabalho realizado.

Com vista a contribuir para o debate acerca de uma melhoria das condições de trabalho desses profissionais, oferecemos proposta que determina regulamentação diferenciada dessa atividade.

Esperamos, em vista da importância do carteiro para a qualidade dos serviços postais brasileiros, contar com o apoio de nossos ilustres Pares na discussão desta matéria que, a nosso ver, reflete-se de grande importância para o aperfeiçoamento da ECT.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 2013.

Deputada ERIKA KOKAY – PT/DF

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

LEI Nº 6.538, DE 22 DE JUNHO DE 1978

Dispõe sobre os Serviços Postais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte

Lei:

.....

**TÍTULO VI
DAS DEFINIÇÕES**

Art. 47. Para os efeitos desta Lei, são adotadas as seguintes definições:

CARTA - objeto de correspondência, com ou sem envoltório, sob a forma de comunicação escrita, de natureza administrativa, social, comercial, ou qualquer outra, que contenha informação de interesse específico do destinatário.

CARTÃO-POSTAL - objeto de correspondência, de material consistente, sem envoltório, contendo mensagem e endereço.

CECOGRAMA - objeto de correspondência impresso em relevo, para uso dos cegos. Considera-se também, cecograma o material impresso para uso dos cegos.

CÓDIGO DE ENDEREÇAMENTO POSTAL - conjunto de números, ou letras e números, gerados segundo determinada lógica, que identifiquem um local.

CORRESPONDÊNCIA - toda comunicação de pessoa a pessoa, por meio de carta, através da via postal, ou por telegrama.

CORRESPONDÊNCIA AGRUPADA - reunião, em volume, de objetos da mesma ou de diversas naturezas, quando, pelo menos um deles, for sujeito ao monopólio postal, remetidos a pessoas jurídicas de direito público ou privado e/ou suas agências, filiais ou representantes.

CUPÃO-RESPOSTA INTERNACIONAL - título ou documento de valor postal permutável em todo País-membro da União Postal Universal por um ou mais selos postais, destinados a permitir ao expedidor pagar para seu correspondente no estrangeiro o franqueamento de uma carta para resposta.

ENCOMENDA - objeto com ou sem valor mercantil, para encaminhamento por via postal.

ESTAÇÃO - um ou vários transmissores ou receptores, ou um conjunto de transmissores e receptores, incluindo os equipamentos acessórios necessários para assegurar um serviço de telecomunicação em um determinado local.

FÓRMULA DE FRANQUEAMENTO - representação material de pagamento de prestação de um serviço postal.

FRANQUEAMENTO POSTAL - pagamento da tarifa e, quando for o caso, do prêmio, relativos a objeto postal. Diz-se também da representação da tarifa.

IMPRESSO - reprodução obtida sobre material de uso corrente na imprensa, editado em vários exemplares idênticos.

OBJETO POSTAL - qualquer objeto de correspondência, valor ou encomenda encaminhado por via postal.

PEQUENA- ENCOMENDA - objeto de correspondência, com ou sem valor mercantil, com peso limitado, remetido sem fins comerciais.

PREÇO - remuneração das atividades conetadas ao serviço postal ou ao serviço de telegrama.

PRÊMIO - importância fixada percentualmente sobre o valor decorrido dos objetos postais, a ser paga pelos usuários de determinados serviços para cobertura de riscos.

REGISTRO - forma de postagem qualificada, na qual o objeto é confiado ao serviço postal contra emissão de certificado.

SELO - estampilha postal, adesiva ou fixa, bem como a estampa produzida por meio de máquina de franquear correspondência, destinadas a comprovar o pagamento da prestação de um serviço postal.

TARIFA - valor, fixado em base unitária, pelo qual se determina a importância a ser paga pelo usuário do serviço postal ou do serviço de telegrama.

TELEGRAMA - mensagem transmitida por sinalização elétrica ou radioelétrica, ou qualquer outra forma equivalente, a ser convertida em comunicação escrita, para entrega ao destinatário.

VALE-POSTAL - título emitido por uma unidade postal à vista de um depósito de quantia para pagamento na mesma ou em outra unidade postal.

Parágrafo único. São adotadas, no que couber, para os efeitos desta Lei, as definições estabelecidas em convenções e acordos internacionais.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48 - O Poder Executivo baixará os decretos regulamentares decorrentes desta Lei em prazo não superior a 1 (um) ano, a contar da data de sua publicação, permanecendo em vigor as disposições constantes dos atuais e que não tenham sido, explícita ou implicitamente, revogados ou derogados.

Art. 49. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 22 de junho de 1978; 157º da Independência e 90º da República.

ERNESTO GEISEL

Armando Falcão

Euclides Quandt de Oliveira

FIM DO DOCUMENTO
